



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO/RS

# CONCURSO PARA AUDITOR PÚBLICO EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

TODAS AS CATEGORIAS

PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA

Nome: \_\_\_\_\_

Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

O gabarito será divulgado em até 2 dias úteis após a data de realização da Prova. Ele estará disponível no site do TCE ([www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br)) e da FMP ([www.fmp.com.br](http://www.fmp.com.br)).

Execução:



FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO RIO GRANDE DO SUL

## PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS E PROVA DISCURSIVA

Prezado(a) Candidato(a):

Você está recebendo um caderno com a **Prova Objetiva** e uma **Folha de Respostas**. Leia, com a máxima atenção, as instruções abaixo.

Quanto ao **Caderno de Prova**:

**O presente caderno contém 70** questões de múltipla escolha e duas questões discursivas.

Confira cuidadosamente o material que lhe foi entregue e verifique se ele está completo e legível. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala outro Caderno de Prova.

Cada questão oferece 5 (cinco) opções de resposta, representadas pelas letras **A, B, C, D** e **E**. Somente uma das opções é correta.

Iniciada a prova, não faça mais perguntas. A interpretação das questões é parte integrante da prova.

O caderno de prova poderá ser usado como rascunho e não precisa ser devolvido, depois de decorrida uma hora de prova.

**No final da prova objetiva, estão as questões dissertativas. Use o espaço do caderno para rascunho e transcreva a resposta na folha cuja identificação pode e será destacada pelo fiscal.**

Quanto à **Folha de Respostas**:

A Folha de Respostas é personalizada e parte integrante desta prova.

Confira seu nome e número de inscrição. Caso haja alguma incorreção, comunique ao fiscal de sala.

Aponha sua assinatura no local indicado.

O preenchimento correto da Folha de Respostas é da inteira responsabilidade do candidato.

Para cada um das questões, preencha, obrigatoriamente, na folha de respostas, somente **uma** das opções (**A, B, C, D**, e **E**).

As respostas das questões na Folha de Respostas devem ser totalmente preenchidas, com caneta azul ou preta, suficientemente pressionada e de acordo com o modelo: 

**Qualquer assinalação diferente será passível de anulação.**

Não serão consideradas as respostas duplas ou em branco.

Não amasse e não dobre a folha de respostas.

Ao término da prova, entregue sua Folha de Respostas e as folhas das questões discursivas ao fiscal da sala.

O tempo de duração da prova é de 5 (**CINCO**) horas, incluindo a leitura das instruções, a resolução das questões e o preenchimento da Folha de Respostas.

Não será permitida a saída da sala de aula com a prova antes de transcorrida 1 (uma) hora do início da prova.

Não é permitido qualquer tipo de consulta nem uso de máquina de calcular, telefone celular, fones de ouvido ou outros equipamentos eletrônicos.

**Ao final da prova objetiva está expresso o teor da prova discursiva.**

**BOA PROVA!**

## I – LÍNGUA PORTUGUESA

Instruções: Leia atentamente os textos, os enunciados e as afirmativas que compõem cada questão. Somente depois escolha a alternativa que melhor responda ao que foi perguntado.

### Libertem a internet!

A internet deve ser livre. Isso pode parecer óbvio, mas a Comissão Federal de Comunicações dos EUA, que regulamenta o setor de internet no país, teve de comprar uma briga para garantir que o princípio seja respeitado. No fim de 2010, a agência decidiu que todos os usuários têm o direito de acessar na internet o conteúdo que quiserem, usando qualquer aplicativo, programa, veículo (computador, telefone celular, etc.). Mas a indústria de provedores não concordou. E está insuflando uma disputa no Congresso dos EUA que pode mudar ou anular essas regras.

O que está em jogo é o direito de provedores interferirem no acesso à internet, bloqueando *sites* ou reduzindo a velocidade do tráfego de dados. Quando conectamos o computador ou o celular a uma rede, seja a sem fio de um hotel, seja a banda larga de nossa casa, o que ocorre é uma conexão entre o nosso dispositivo e o provedor de acesso. Entre o provedor e a internet há outra conexão, a “conexão de trânsito”. É nela que acontecem todas as interferências que impedem a liberdade de acesso à internet.

É fácil entender por quê. Assim como você, o provedor contrata acesso à internet de alguém – no caso, de grandes provedores de banda. A diferença é que o provedor leva no atacado: contrata um “lote” de banda e o reparte entre os usuários. Suponha que um provedor tenha 1 milhão de clientes conectados via banda larga a 1 Mb/s (*megabit* por segundo) para *download*. Se todos os usuários usarem essa conexão para baixar um vídeo ao mesmo tempo, o provedor precisará de uma conexão de trânsito de 1 Tb/s (um *terabit* por segundo), equivalente a 1 milhão de *megabits* por segundo.

Mas os provedores apostam que nem todos os clientes vão usar sua “cota” de internet ao mesmo tempo (o que, realmente, é algo improvável). Por isso, inserem nos contratos com seus usuários finais, ilegalmente, uma cláusula que garante só 10% da velocidade que venderam. Se o usuário contrata 1 Mb/s, pode ter como garantia apenas 100kb/s, pouco mais que o dobro de velocidade dos modems discados antigos.

Em situações de demanda explosiva, como vivemos agora (enviamos vídeos do telefone para os amigos, compartilhamos conteúdo na internet), provedores e usuários finais precisam de mais banda. Mas os provedores não querem ver seu custo aumentar. Aí recorrem a soluções que ferem a liberdade na internet. Limitam a velocidade de usuários que estejam acessando *sites* como Youtube ou Vimeo, que consomem muita banda. Ou impõem aos *sites* um sobrepreço para garantir que o conteúdo chegue a quem quiser acessá-lo.

Isso acontece em todos os países, e o Brasil não é exceção. Até porque aqui a banda larga é em geral fornecida por um único provedor na maioria das localidades, o que nos deixa reféns de um monopólio. Se quisermos conteúdo livre e acesso irrestrito à rede, não podemos deixar que isso aconteça.

Carlos Afonso, *Superinteressante*, abril/2011, p.40. Texto adaptado.

### 1 - Pela leitura do texto, pode-se afirmar que a intenção do autor foi a de:

- (A) fazer um elogio ao processo de fornecimento de banda larga no Brasil.
- (B) esclarecer o leitor de que a internet, no Brasil, precisa ser fiscalizada, porque os serviços prestados não correspondem ao que alguns pagam e outros usufruem.
- (C) fazer um alerta e, de certa forma, uma denúncia em relação à ação dos provedores que não cumprem, por interesses próprios, o que é contratado pelos usuários.
- (D) impor sua posição em relação aos serviços da internet.
- (E) avisar ao leitor de que deve ler melhor os contratos que assina.

**2 - Leia as proposições abaixo.**

- I. O pronomo demonstrativo que inicia o segundo período estabelece relação anafórica com o primeiro período do texto.
- II. A conjunção MAS não poderia ser substituída corretamente pela conjunção CONQUANTO, porque têm sentidos diferentes.
- III. A passagem - *Mas os provedores apostam que nem todos os clientes vão usar sua “cota” de internet ao mesmo tempo ( o que, realmente, é algo improvável).*- pode ser reescrita corretamente da seguinte forma: *Os provedores, contudo apostam que nem todos os clientes usarão sua “cota” de internet ao mesmo tempo – o que realmente é algo improvável.*
- IV. Na passagem – *É fácil entender por quê.* - o verbo está no mesmo tempo e modo que na frase *Quando entender a matéria, não terá problemas.*

Quais proposições estão corretas?

- (A) Apenas I, II.
- (B) Apenas I, II, IV.
- (C) Apenas II, IV.
- (D) Apenas II, III, IV.
- (E) Apenas I, III, IV.

**3 - Leia atentamente as propostas de modificação do texto.**

- I. Exclusão das vírgulas que isolam o segmento - *que regulamenta o setor de internet no país* - no primeiro parágrafo.
- II. A substituição da forma verbal em - *Mas a indústria de provedores não concordou.* - por HAVIA CONCORDADO.
- III. O acréscimo de uma vírgula depois do advérbio na passagem - *Aí recorrem a soluções que ferem a liberdade na internet.*
- IV. A substituição do segmento sublinhado em - *Limitam a velocidade de usuários que estejam acessando sites como Youtube ou Vimeo, que consomem muita banda.*- por DOS.

Quais substituições ou modificações propostas não prejudicariam semântica e gramaticalmente o texto?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas II, III, IV.
- (C) Apenas II, III.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) Apenas I, II e IV.

**4 - Considere a substituições de nexos nas passagens abaixo e assinale aquela que está correta, considerando-se os aspectos gramaticais e semânticos.**

- (A) Substituir SE por CASO em *Se todos os usuários usarem essa conexão...*
- (B) Substituir MAS por CONQUANTO em *Mas os provedores não querem ver seu custo aumentar.*
- (C) Substituir QUANDO por ASSIM QUE em *Quando conectamos o computador ou o celular a uma rede...*
- (D) Substituir QUE por AS QUE em *Aí recorrem a soluções que ferem a liberdade na internet.*
- (E) Substituir PARA por AFIM DE em *Ou impõem aos sites um sobrepreço para garantir que o conteúdo chegue a quem quiser acessá-lo.*

**5 - Assinale a alternativa incorreta quanto à concordância verbo-nominal.**

- (A) Se na passagem - *Aí recorrem a soluções que ferem a liberdade na internet.* – o substantivo SOLUÇÕES for colocado no singular, essa modificação implicará a alteração de uma forma verbal.
- (B) Se na passagem - *Limitam a velocidade de usuários que estejam acessando sites como Youtube ou Vimeo,(...)* – o substantivo VELOCIDADE for colocado no plural, somente um artigo deverá sofrer alteração de número.
- (C) Na passagem - *... estejam acessando sites que consomem muita banda.* – o pronome relativo poderia ser substituído por outro pronome equivalente no masculino plural.
- (D) Na passagem - *Ou impõem aos sites um sobrepreço para garantir que o conteúdo chegue...* - se a expressão sublinhada for passada para o singular, nada deverá ser alterado.
- (E) Na passagem - *...que o conteúdo chegue a quem quiser acessá-lo.* – se a expressão sublinhada for passada para o plural, haverá necessidade de se alterarem, em número, três palavras.

**6 - As alternativas abaixo constituem um texto. Assinale aquela que não apresenta uma incorreção ou impropriedade vocabular.**

- (A) *Tudo bem que um terço do nosso PIB vêm do campo, mas daí a chamar toda a economia de “fazenda” é demais, não? O que em outros países recebeu o nome de “Ministério da Economia”(nome usado durante o governo Collor) ou simplesmente “Tesouro”, como nos EUA, por aqui ficou sendo “da Fazenda” mesmo.*
- (B) *O termo talvez não soace tão destoante num Brasil em começo do século 19 – quando o iminente Dom João VI fugiu para cá, reformulou a colônia e fundou o órgão.*
- (C) *“ ‘Fazenda’ era uma palavra do português arcaico, usado para designar coisas como riqueza, renda, dinheiro”, explica Rubens Ricupero, coordenador da Faculdade de Economia da FAAP e também ex-ministro da Fazenda.*
- (D) *Passados dois séculos atrás, muita coisa mudou no ministério. A atividade central, no entanto continua basicamente a mesma: pegar todo dinheiro que o governo ganha e decidir a melhor forma de gastá-lo.*
- (E) *Detalhe: o nome “fazenda” ficou só no Brasil mesmo. Em Portugal, a instituição passou por uma reforma geral ainda em 1910 e foi rebatizada de “Finanças”.*

Juliana Elias, *Superinteressante*, abril/2011, pág. 46. Texto adaptado.

**7 - Considere a passagem abaixo para responder a questão 7.**

*Em 2011, quando a Unesco celebra o Ano Internacional da Química, o Planeta Sustentável também dedica espaço a esta ciências a qual já trouxe inúmeras contribuições a humanidade. A Química ajuda-nos a buscar as formas de reduzir a destruição ambiental por produtos e processos, para que a natureza precise trabalhar o menos possível na absorção ou degradação dos resíduos que geramos.*

Considerados os segmentos sublinhados, quantos deveriam ter sido grafados com o acento grave indicativo de crase?

- (A) Dois.
- (B) Um.
- (C) Quatro.
- (D) Três.
- (E) Quatro.

**8 - Qual a passagem que, modificada a pontuação ou a posição de palavras, tem o sentido alterado?**

- (A) A catástrofe chamou a atenção de todo o mundo pelas vidas perdidas e pelos dramáticos esforços de resgate.  
Pelas vidas perdidas e pelos dramáticos esforços de resgate a catástrofe chamou a atenção de todo o mundo.
- (B) Em 2010, desastres naturais mataram pelo menos 234 mil pessoas e afetaram quase outras 200 milhões no mundo.  
Desastres naturais mataram, em 2010, pelo menos 234 mil pessoas e afetaram quase outras 200 milhões no mundo.
- (C) “Uma desgraça nunca vem sozinha”, diz o ditado.  
O ditado diz que uma desgraça nunca vem sozinha.
- (D) Nas páginas seguintes, você descobre os riscos que corremos.  
Nas páginas seguintes, você descobre os riscos, que corremos.
- (E) Há quem defenda que, com o aquecimento global, o problema tende a aumentar.  
Há quem defenda que o problema - com o aquecimento global - tende a aumentar.

**9 - Quanto à correspondência oficial, assinale a alternativa correta.**

- (A) A linguagem dos textos oficiais deve primar pelo uso de termos técnicos e retóricos, a fim de que seja demonstrado o domínio da língua culta a quem recebe esse tipo de correspondência.
- (B) As formas de tratamento devem atender às exigências feitas pela autoridade destinatária do documento.
- (C) Os rebuscamentos linguísticos devem ser adequados à posição ocupada pela autoridade recebedora do documento.
- (D) A objetividade e a concisão textual não devem atrapalhar a pompa linguística que o texto oficial exige, preferindo-se a primeira pessoa do singular para aproximar as autoridades que se comunicam.
- (E) Os aspectos gramaticais devem atender aos preceitos de língua culta, e os termos e as situações linguísticas da linguagem coloquial devem ser preteridos.

**10 - Considere as afirmativas que seguem.**

- I. Vossa Excelência é uma forma de tratamento que exige a concordância em segunda pessoa do plural e só pode ser usada para altas autoridades.
- II. Na máxima – *A imprensa peca mais pela omissão do que pela intromissão*. – há presença de linguagem conotativa.
- III. Parecer é a análise de um caso que faz parte de um processo para o qual aponta uma solução favorável ou contrária, mediante dispositivos legais e informações. Essa é uma definição correta de parecer.
- IV. O súdito perguntou: Por que choras, meu rei? / O súdito perguntara ao rei por que ele chorava. Temos no exemplo a transformação de discurso direto em discurso indireto.

Quais afirmativas são corretas?

- (A) Apenas I, II, III.
- (B) Apenas II, III, IV.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) I, II, III, IV.
- (E) Apenas III.

## CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### 11 - Sobre o Sistema de Controle Externo brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição Federal, ao usar a expressão “julgar as contas dos administradores e demais responsáveis”, transformou o Tribunal de Contas em órgão jurisdicional.
- (B) Caso o Presidente da República não apresente as contas anualmente ao Congresso Nacional dentro do prazo de 60 dias após a abertura da sessão legislativa, cabe ao Senado Federal proceder, de ofício, à tomada das contas.
- (C) O julgamento efetivado pelos tribunais de contas que impute aos responsáveis débito ou multa terá eficácia de título executivo. Isso significa dizer que tais títulos possuem eficácia plena, devendo a ação ser proposta pelo ente público beneficiário da condenação.
- (D) Todas as contas dos gestores públicos brasileiros, inclusive dos chefes de Poder ou órgão no âmbito da União, serão julgadas pelo TCU.
- (E) Devido ao pacto federativo, o Tribunal de Contas da União (TCU) não pode fiscalizar os recursos repassados pela União ao Estado do Rio Grande do Sul via convênio, por exemplo. Neste caso, cabe ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul exercer o controle dos recursos que foram descentralizados para o Estado.

### 12 - Segundo a Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre o Sistema de Controle Externo, assinale a alternativa correta:

- (A) Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- (B) Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
- (C) Um terço dos Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antigüidade e merecimento.
- (D) A fiscalização contábil, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- (E) Inspeções e auditorias de natureza contábil, orçamentária, operacional e patrimonial ao cargo do Tribunal de Contas da União são realizadas, por iniciativa própria, pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal, por partido político com representação no Congresso Nacional, por Comissão técnica ou por inquérito.

**13 - De acordo com a Lei Orgânica do TCE-RS é correto afirmar que:**

- (A) estão sujeitos à tomada de contas de exercício ou gestão e só por ato do Tribunal de Contas podem ser liberadas de sua responsabilidade os responsáveis pela aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado a Município, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.
- (B) o Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas rege-se pelas disposições contidas na Lei Orgânica do Tribunal.
- (C) a auditoria contábil, orçamentária, operacional e patrimonial tem por fim a fiscalização das pessoas sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas e será exercida nas unidades administrativas dos Poderes do Estado e dos Municípios, incluídas as fundações e as sociedades instituídas e/ou mantidas pelos poderes públicos estadual e municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário, não podendo incluir-se no ato de apreciação entes de direito privado, que não possuam nenhuma participação no poder público municipal ou estadual.
- (D) os atos que importarem em dano ao erário, ocasionados por ação ou omissão dos administradores ou por agentes subordinados a estes, serão objeto de impugnação para constituírem procedimento denominado tomada de contas.
- (E) o Tribunal de Contas terá amplo poder de investigação, cabendo-lhe requisitar e examinar, diretamente ou pelo seu corpo técnico, a qualquer tempo, todos os elementos necessários ao exercício de suas atribuições, não lhe podendo ser sonegado qualquer processo, documento ou informação, sob qualquer pretexto.

**14 - De acordo com a Lei Orgânica e o Regimento Interno do TCE/RS, aponte a alternativa correta.**

- (A) Embora a LO-TCE/RS não possua disposição quanto à possibilidade de contratação de empresa ou pessoa física para auxiliar na realização das auditorias ou fiscalizações a cargo do Tribunal, o TCE-RS a admite com base nas disposições do seu regimento interno.
- (B) Nos casos omissos do regimento interno do TCE-RS, serão utilizados os Códigos de Processo Civil e Penal.
- (C) São recursos cabíveis de acordo com o RI-TCE/RS, o recurso de revisão, o agravo regimental, os embargos declaratórios, os embargos e o recurso de reconsideração.
- (D) No resguardo dos direitos e das garantias individuais, o Tribunal dará tratamento sigiloso e urgente às denúncias formuladas, até a decisão final sobre a matéria.
- (E) Encontram-se entre as autoridades que podem formular consultas ao TCE-RS os desembargadores do Tribunal de Justiça.

**15 - De acordo com o regimento interno do TCE-RS, assinale a alternativa correta.**

- (A) É pessoal a responsabilidade do administrador relativamente aos atos e fatos de sua gestão.
- (B) As contas submetidas ao julgamento do Tribunal serão julgadas pela regularidade, irregularidade, com ressalvas ou com parecer adverso.
- (C) O julgamento pela irregularidade das contas implica, entre outras medidas e a juízo do conselheiro-relator, a comunicação à Procuradoria-Geral de Justiça.
- (D) A decisão pelo julgamento das contas pela regularidade poderá compreender, além da fixação do débito, a determinação de corrigir as irregularidades que ainda sejam sanáveis, sem prejuízo das demais medidas previstas em lei e no Regimento do TCE-RS.
- (E) O tribunal não pode julgar as contas dos administradores sob a sua jurisdição regulares com ressalvas e ao mesmo tempo fixar-lhes débito em razão desse mesmo julgamento.

**16 - Acerca da interpretação do Sistema de Controle Interno Brasileiro estabelecido na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.**

- (A) Subordina-se ao Controle Externo, razão pela qual os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.
- (B) Em recente decisão, o STF não considerou usurpação de competência do TCU por parte da CGU, representante do Controle Interno do Poder Executivo Federal fiscalizar recursos federais repassados aos municípios.
- (C) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno. Considera-se como uma das suas finalidades constitucionais realizar a fiscalização contábil, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.
- (D) Uma das finalidades do sistema de controle interno do Poder Judiciário Federal reside na avaliação do cumprimento das metas previstas na lei orçamentária anual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- (E) Reza como uma das atribuições do sistema de controle interno federal a comprovação da legalidade e a avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, referentes à aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado. A interpretação deste artigo permite a CGU, por exemplo no âmbito federal, acessar documentos pertencentes a empresas contratadas pelo poder público que com elas se encontrem, haja vista a relação contratual decorrente da compra de bens e serviços por parte do Poder Público.

**17 - Acerca do Poder Legislativo e dos tribunais de contas, assinale a afirmativa correta.**

- (A) O Controle Externo é de competência dos chamados órgãos de Controle Externo. No âmbito da União, é exercido pelo Tribunal de Contas da União; nos Estados, pelos tribunais de contas estaduais, e nos municípios, pelos tribunais de contas municipais.
- (B) Cabe ao Poder Legislativo, por força de disposição constitucional, no âmbito da União, escolher dois terços dos Ministros do Tribunal de Contas da União. Como o modelo constitucional brasileiro adota o princípio da simetria, no âmbito dos Estados esse número deve ser igualmente respeitado, sob pena de visível inconstitucionalidade.
- (C) No caso dos municípios, o parecer prévio emitido pelo tribunal ou conselho de contas competente sobre as contas do prefeito que as deve prestar anualmente só deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- (D) O STF entende que não fere a Constituição Federal o preenchimento das vagas para o cargo de Ministro do TCU sem observar a origem da vaga em relação ao Senado Federal, Câmara dos Deputados ou por indicação do Presidente da República. Ou seja, a vinculação da vaga à respectiva categoria (Senado Federal, Câmara dos Deputados e por escolha do Presidente da República) não é obrigatória; basta observar o quantitativo determinado na própria Constituição Federal para o Poder Legislativo e para o Poder Executivo.
- (E) Preconiza a Constituição Federal que, no caso de atos, a sustação caberá diretamente ao TCU, devendo comunicar a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. Em pertinência aos contratos, o TCU não possui essa prerrogativa (pelos menos inicialmente) que cabe ao Congresso Nacional. Por força do princípio da simetria constitucional, essa regra é de natureza compulsória para Estados, Distrito Federal e municípios em relação às assembleias legislativas, à câmara distrital e às câmaras de vereadores, respectivamente.

**18 - Sobre as decisões dos tribunais de contas, assinale a alternativa correta.**

- (A) Entende o STF, por força das atribuições constantes da Constituição Federal, que os tribunais de contas podem conceder medidas cautelares no exercício de suas atribuições.
- (B) Conforme vem decidindo o STF, há a possibilidade da desconstituição de situação jurídica acobertada por coisa julgada por decisão ou ato de tribunal de contas.
- (C) Tendo em vista interpretação do STF, os tribunais de contas como órgãos do Poder Legislativo possuem competência para quebrar sigilo bancário.
- (D) Ainda segundo o STF, os tribunais de contas, no exercício de suas atribuições, não podem apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público, por ser atribuição precípua do Poder Judiciário.
- (E) Não podem punir particulares, tendo em vista que a Constituição Federal é clara quanto à jurisdição dos tribunais de contas: órgãos e entidades da administração pública direta e indireta.

**19 - Acerca do que dispõe o Regimento Interno do TCE-RS, assinale a alternativa correta.**

- (A) O Tribunal Pleno é constituído pela totalidade dos Conselheiros, procuradores do Ministério Público no Tribunal e Auditores substitutos de conselheiros.
- (B) É competência da presidência do Tribunal decidir sobre a organização do Corpo Técnico e dos Serviços Auxiliares.
- (C) Compete ao Tribunal Pleno conceder licença e férias aos Conselheiros e Auditores Substitutos de Conselheiro.
- (D) O Ministério Público no Tribunal encontra-se vinculado ao Ministério Público estadual.
- (E) O cargo de Auditor Substituto de Conselheiro ocupa, na hierarquia do Tribunal de Contas, posição imediatamente inferior à do Conselheiro.

**20 - Acerca do que dispõe o Regimento Interno do TCE-RS, assinale a alternativa correta.**

- (A) O relatório e o parecer prévio relativo às contas do governador conterão, no mínimo, entre outros elementos a análise da gestão financeira, orçamentária, patrimonial, operacional e ambiental da administração direta e indireta do Governo do Estado.
- (B) O parecer prévio sobre as contas do Governador do Estado condicionará o julgamento das contas dos demais administradores do setor público estadual.
- (C) O prazo de emissão do parecer prévio por parte do TCE-RS relativo às contas do Governador é de 90 dias a contar data do recebimento das respectivas contas.
- (D) Caberá ao Plenário do Tribunal designar conselheiro efetivo que analisará e relatará o parecer prévio sobre as contas do Governador do Estado.
- (E) As contas do Governador deverão ser apresentadas diretamente ao TCE-RS para fins de julgamento.

**AUDITORIA GOVERNAMENTAL**

**21 - Acerca da Norma Brasileira de Contabilidade-NBC TA 200, assinale a alternativa correta.**

- (A) A opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis trata de determinar se tais demonstrações são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável. Assim é possível inferir que a opinião do auditor é capaz de assegurar a viabilidade futura da entidade, a sua eficácia ou eficiência com a qual a administração conduziu os negócios da entidade.
- (B) Para o auditor, é importante saber que lei ou regulamento não podem estabelecer as responsabilidades da administração ou dos responsáveis pela governança, em relação a relatórios financeiros produzidos pela entidade auditada.
- (C) As demonstrações contábeis não podem ser elaboradas em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro para satisfazer as necessidades de informação financeira de usuários específicos, isto é, “demonstrações contábeis para propósitos especiais”.
- (D) A estrutura dos relatórios financeiros depende exclusivamente das normas de informação contábil editadas pelo CFC.
- (E) A opinião expressa pelo auditor é se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável. Para o setor público, a forma da opinião do auditor depende da estrutura de relatório financeiro aplicável e de lei ou regulamento, que sejam aplicáveis.

**22 - Para obter segurança razoável, o auditor deve obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para reduzir o risco de auditoria a um nível baixo aceitável e, com isso, possibilitar a ele obter conclusões razoáveis e nelas basear a sua opinião. Sobre o assunto é correto afirmar que:**

- (A) a evidência de auditoria não pode ser colhida fora dos procedimentos de auditoria executados durante o curso de auditoria.
- (B) a avaliação dos riscos é antes uma questão passível de mensuração precisa que uma questão de julgamento profissional.
- (C) são componentes do risco de detecção relevante: o risco inerente e de controle.
- (D) quando o auditor não escolhe adequadamente o pessoal que comporá a equipe, está cometendo erro de distorção relevante.
- (E) as normas de auditoria reconhecem a inexistência de limites práticos e legais à capacidade do auditor de obter evidências de auditoria.

**23 - Ao conduzir a auditoria de demonstrações contábeis, um dos objetivos que se espera do auditor quanto a essas é que ele expresse a sua opinião. Em todos os casos em que não for possível obter segurança razoável e a opinião com ressalva no relatório do auditor for insuficiente nas circunstâncias para atender aos usuários previstos das demonstrações contábeis, é correto afirmar que:**

- (A) o auditor deverá apresentar opinião circunstanciada, descrevendo os fatos detalhadamente.
- (B) o auditor deverá renunciar ao trabalho, quando for possível de acordo com a lei ou regulamentação aplicável à espécie.
- (C) o auditor deverá apresentar opinião com ressalvas, pronunciando-se sobre as questões em que teve segurança razoável de proferi-las.
- (D) o auditor deverá apresentar opinião, omitindo as situações consideradas insuficientes de segurança razoável.
- (E) o auditor deverá apresentar opinião com ressalvas à Administração e paralelamente fazer chegar as suas conclusões ao Comitê de Auditoria da entidade auditada.

**24 - Acerca dos papéis de trabalho é incorreto afirmar que:**

- (A) são de propriedade exclusiva do auditor.
- (B) informações sobre a estrutura organizacional e legal da entidade se constituem bom exemplo de papéis de trabalho.
- (C) a extensão dos papéis de trabalho é assunto de julgamento profissional do auditor.
- (D) na elaboração dos papéis de trabalho, o auditor deve levar em consideração se são completos por si só.
- (E) o auditor pode, em razão do seu juízo profissional e após o término da auditoria, desfazer-se dos papéis de trabalho, desde que tenha concluído a elaboração do relatório e dado ciência à entidade auditada.

**25 - Acerca do risco de auditoria, assinale a alternativa correta.**

- (A) É o risco de que os procedimentos executados pelo auditor para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo não detectem uma distorção existente que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções (conceito de risco de distorção).
- (B) O risco de auditoria é uma função dos riscos de distorção relevante e do risco de detecção.
- (C) De acordo com o CFC, pode ser classificado o risco de auditoria em risco de controle e risco inerente.
- (D) A identificação dos riscos de auditoria, de responsabilidade exclusiva do auditor, permite a esse profissional a obtenção de segurança absoluta de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante devido a fraude ou erro.
- (E) Não é considerada como limitação inerente da auditoria a natureza dos procedimentos de auditoria.

**26 - Os papéis de trabalho devem ser elaborados de forma tal que se entenda aonde o auditor pretenda chegar. Essa característica pode ser definida como sendo relacionada ao seguinte atributo:**

- (A) concisão.
- (B) limpeza.
- (C) lógica.
- (D) objetividade.
- (E) completos.

**27 - Acerca do planejamento da auditoria, assinale a alternativa correta.**

- (A) Não são atividades do planejamento da auditoria a estratégia global para o trabalho e o desenvolvimento do plano de auditoria.
- (B) Não é permitida a atualização e a alteração dos procedimentos de auditoria no curso da auditoria.
- (C) Os procedimentos de planejamento de uma determinada auditoria, uma vez discutidos entre o auditor e a administração, faz com que a responsabilidade sobre a aplicação dos procedimentos eleitos seja compartilhada entre eles.
- (D) A finalidade e o objetivo do planejamento da auditoria não mudam, caso a auditoria seja inicial ou em trabalho recorrente.
- (E) Depende da empresa auditada a utilização ou não, por parte do auditor, de programas de auditoria padrão ou listas de verificação, adaptados de forma a refletirem as circunstâncias particulares do trabalho.

**28 - Acerca dos procedimentos de auditoria, assinale a alternativa correta.**

- (A) O cálculo envolve a execução independente pelo auditor de procedimentos ou controles que foram originalmente realizados como parte do controle interno da entidade.
- (B) A inspeção, como procedimento de auditoria, envolve o exame de registros ou documentos internos ou externos.
- (C) A confirmação, como procedimento de auditoria, envolve o exame de registros ou documentos somente externos.
- (D) A observação é ideal, quando o auditor deseja obter evidência sobre como ocorrerá a execução de determinado processo ou procedimento.
- (E) Não é permitido ao auditor combinar procedimentos de auditoria entre si, dado que, uma vez obtidas as evidências, elas são suficientes por si sós.

**29 - No momento do procedimento de auditoria denominado Confirmação é correto afirmar que:**

- (A) os procedimentos de confirmação externa se limitam a confirmar informações relativas a saldos contábeis e seus elementos.
- (B) a solicitação de confirmação é negativa, quando a solicitação de que a parte que confirma responde diretamente ao auditor indicando se concorda ou discorda das informações na solicitação, ou forneça as informações solicitadas.
- (C) uma resposta verbal a uma solicitação de confirmação, por si só, não se enquadra na definição de confirmação externa, porque não é uma resposta por escrito direta para o auditor.
- (D) as confirmações positivas fornecem evidência de auditoria menos persuasiva que as confirmações negativas.
- (E) a administração não pode recusar a permitir que o auditor envie solicitações de confirmação.

## PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS E PROVA DISCURSIVA

**30 - Sobre os procedimentos analíticos, assinale a alternativa **incorreta**.**

- (A) Consiste exemplo dos procedimentos analíticos a ser utilizado pelo auditor informações comparáveis de períodos anteriores.
- (B) Significa a realização de avaliações de informações contábeis por meio de análise das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros.
- (C) Caso os procedimentos analíticos executados de acordo com as normas brasileiras de contabilidade identifiquem flutuações ou relações que são inconsistentes com outras informações relevantes ou que diferem dos valores esperados de maneira significativa, o auditor poderá, por exemplo, examinar essas diferenças por meio de indagação à administração e obtenção de evidência de auditoria apropriada e relevante para as respostas da administração.
- (D) Os procedimentos analíticos podem ser aplicados para demonstrações contábeis consolidadas, componentes e elementos individuais de informação.
- (E) Em relação às entidades do setor público, em termos da adoção de procedimentos analíticos, aplicam-se as mesmas relações verificadas entre os itens individuais de demonstrações contábeis considerados na auditoria de entidades do setor privado.

**31 - Há determinados atributos que diferenciam a auditoria externa da interna. São elementos que caracterizam a auditoria externa, **exceto** o que está apontado na alternativa:**

- (A) Parecer é o relatório principal.
- (B) Grau de independência menor.
- (C) Responsabilidade profissional, civil e criminal.
- (D) Opinião sobre as demonstrações contábeis.
- (E) Os interessados são a empresa e o público em geral.

**32 - Quanto ao processo de amostragem na auditoria, assinale a alternativa **correta**.**

- (A) O risco que o auditor está disposto a aceitar não afeta o tamanho exigido da amostra.
- (B) Para a definição do tamanho da amostra não é permitido ao auditor usar o julgamento profissional, dado que poderá comprometer a parcialidade que deverá ter no exame dos registros auditados.
- (C) De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade, dentre os principais métodos para selecionar amostras, se encontram: a seleção aleatória, seleção sistemática e seleção ao acaso.
- (D) A amostragem, a critério do auditor e com vista a aumentar a sua confiabilidade, pode abranger até 100% dos itens da população analisada.
- (E) Se o auditor não puder aplicar os procedimentos de auditoria definidos ou procedimentos alternativos adequados em um item selecionado, o auditor deve tratar retirar esse item da amostra de modo a não comprometer o exame.

**33 - Acerca da auditoria de conformidade, é mais importante para o auditor o exame do (a):**

- (A) eficácia.
- (B) legitimidade.
- (C) economicidade.
- (D) eficiência.
- (E) desempenho.

**34 - Acerca ainda da auditoria de conformidade, assinale a alternativa **correta**.**

- (A) É adequada para avaliar processos de licitações, de aposentadoria e folhas de pagamentos.
- (B) Este tipo de auditoria é oportuna para avaliar eventuais deficiências do sistema de arrecadação tributária do município, notadamente as reclamações dos usuários quanto à qualidade da prestação dos serviços por parte da secretaria de finanças.
- (C) É típica dos programas públicos, quando o auditor avalia os resultados à luz dos objetivos e metas estabelecidos.
- (D) No Brasil, este tipo de auditoria ainda não está em uso ou não é frequentemente utilizado.
- (E) O exame dos registros contábeis não é empregado nesta modalidade de auditoria.

## PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS E PROVA DISCURSIVA

**35 -** Acerca do relatório de auditoria, **não** se pode afirmar que:

- (A) no caso do relatório do auditor independente, necessariamente deve ser por escrito.
- (B) o relatório do auditor independente deve incluir uma seção com o título Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis.
- (C) o relatório de auditoria interna poderá ser emitido de forma parcial, na hipótese de constatar impropriedades/irregularidades/ilegalidades que necessitem providências imediatas da administração da entidade, e que não possam aguardar o final dos exames.
- (D) no relatório de auditoria interna, o auditor necessita evidenciar, entre outros aspectos, os riscos associados aos fatos constatados.
- (E) o auditor deverá deixar de elaborar o relatório, caso não tenha razoável segurança das evidências encontradas.

**36 -** Assinale a alternativa correta com relação à auditoria interna.

- (A) A auditoria interna está obrigada a informar à Administração quaisquer indícios ou confirmações de irregularidades detectadas no decorrer do trabalho de prevenção de fraudes ou erros, sempre por escrito e de maneira reservada.
- (B) A análise dos riscos da Auditoria Interna deve ser feita tanto na fase de planejamento, quanto na etapa de execução dos trabalhos.
- (C) Os testes substantivos visam à obtenção de razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e administradores da entidade.
- (D) Os testes de observância visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informação da entidade.
- (E) Na aplicação dos testes substantivos devem ser considerados os procedimentos: inspeção, observação, investigação e confirmação.

**37 -** Quanto ao papel da auditoria na estrutura de governança é correto afirmar que:

- (A) a auditoria das demonstrações contábeis isenta a Administração, mas não os responsáveis pela governança de suas responsabilidades.
- (B) na auditoria, o auditor não precisa estabelecer nenhum tipo de comunicação com a estrutura de governança, dado que poderá comprometer a sua independência.
- (C) a comunicação entre o auditores e os responsáveis pela governança sempre será por escrito, não se admitindo a comunicação verbal.
- (D) leis ou regulamentos podem restringir a comunicação do auditor de certos assuntos aos responsáveis pela governança.
- (E) a critério do auditor, as dificuldades significativas encontradas durante a auditoria não necessitam ser comunicadas aos responsáveis pela governança.

**38 -** O controle interno, segundo a metodologia COSO, compõe-se de componentes relacionados entre si. Identifique o elemento que **não** faz parte desta relação.

- (A) Ambiente de controle.
- (B) Atividades de controle.
- (C) Monitoramento.
- (D) Informação e comunicação.
- (E) Independência.

## PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS E PROVA DISCURSIVA

**39** - São princípios no gerenciamento e na análise dos riscos de acordo com a metodologia COSO, **exceto**:

- (A) comprometimento da Alta Administração.
- (B) informações corretas e precisas.
- (C) desnecessidade da segregação de funções.
- (D) medidas rigorosas no caso da não-conformidade.
- (E) gerenciamento de risco que é um processo de persistência, não um programa esporádico.

**40** - **Caracteriza-se como princípio fundamental de governança aplicado ao setor público:**

- (A) padrões de comportamento.
- (B) prestação de contas.
- (C) controle.
- (D) relatórios.
- (E) estruturas e processos organizacionais.

### IV - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

**41** - **O texto constitucional brasileiro permite:**

- (A) a execução de despesas de capital e outras delas decorrentes que não constem no Plano Plurianual.
- (B) o início de programas ou projetos não incluídos no Plano Plurianual.
- (C) o início de programa ou projeto cuja duração ocorrerá em mais de um exercício financeiro, sem a inclusão anterior no Plano Plurianual.
- (D) a inclusão de uma ação governamental na Lei Orçamentária, que não consta no Plano Plurianual, cuja execução ocorrerá em um exercício financeiro, desde que compatível com o objetivo de determinado programa e com as metas fiscais.
- (E) a elaboração do Plano Plurianual de modo divergente aos planos e programas nacionais previstos na própria Constituição Federal.

**42** - **“A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação para operação de crédito, inclusive por antecipação da receita orçamentária (ARO), nos termos da lei”. Esse trecho da Constituição Federal diz respeito ao princípio orçamentário da:**

- (A) unidade.
- (B) anualidade.
- (C) exclusividade.
- (D) especificação.
- (E) legalidade.

**43** - **A necessidade de interferência do setor público na economia não pode ser justificada:**

- (A) pela necessidade de satisfação das necessidades individuais.
- (B) pela existência de falhas no sistema de mercado.
- (C) pela impossibilidade da demanda agregada alcançar espontaneamente o nível de pleno emprego.
- (D) pela existência de valores éticos que demandem ajustes na distribuição de renda e riqueza resultante do funcionamento do sistema de mercado e da transmissão mediante os direitos de propriedade de heranças.
- (E) pela demanda de proteção e imposição de um sistema legal governamental por parte dos agentes econômicos privados.

**44 - Existem distintas abordagens orçamentárias para a despesa pública operando em diferentes jurisdições no mundo. Os mais conhecidos são o sistema por objetos ou itens de gastos, também conhecido como “tradicional”, o orçamento-programa, o orçamento de desempenho e o orçamento base zero. O sistema de orçamento-programa caracteriza-se por evidenciar principalmente:**

- (A) a natureza do gasto.
- (B) as operações governamentais como unidades ou pacotes de decisão.
- (C) os gastos com realizações distribuídas em atividades, apresentando também o respectivo volume de trabalho.
- (D) os gastos relacionados aos principais objetivos do governo.
- (E) o gasto de cada um dos órgãos governamentais.

**45 - Conforme o mandamento constitucional, a apresentação de um demonstrativo regionalizado para os efeitos causados pelo gasto tributário é parte:**

- (A) da Mensagem do Chefe do Poder Executivo enviada ao Poder Legislativo.
- (B) do Projeto de Lei do Orçamento.
- (C) da execução orçamentária, quando ocorre o gasto.
- (D) do parecer emitido pelo Tribunal de Contas.
- (E) do órgão de planejamento, após o encerramento do exercício financeiro.

**46 - Produz recurso financeiro hábil para a abertura de créditos adicionais:**

- (A) o valor diferencial entre um montante menor de receita prevista e outro maior de receita executada.
- (B) o valor diferencial entre um montante maior de receita prevista e outro menor de receita executada.
- (C) o valor diferencial entre um montante maior de despesa empenhada e outro menor de receita executada.
- (D) o valor diferencial entre um montante menor de receita prevista e outro maior de despesa fixada.
- (E) a apresentação de valores em montantes idênticos de receita prevista e despesa fixada.

**47 - São receitas correntes de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes do fornecimento de materiais, bens e serviços, recebimentos de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o fato que originar a receita decorrer de despesa de órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo:**

- (A) as receitas correntes inte-governamentais.
- (B) as receitas correntes intragovernamentais.
- (C) as receitas correntes interorçamentárias.
- (D) as receitas correntes intraorçamentárias.
- (E) as receitas de transferências correntes.

**48 - Em geral, as subfunções podem ser combinadas com funções diferentes daquelas as quais estão relacionadas na Portaria MOG nº 42/ 1999. O Ministério do Planejamento indica que se deva adotar como função aquela que é típica ou principal do órgão. Assim, a programação de um órgão, em regra, é classificada em uma única função, ao passo que a subfunção é escolhida de acordo com a especificidade de cada ação governamental. Constituem exceções a essa regra, ou seja, não podem ser combinadas com funções diferentes das quais estão imediatamente relacionadas na Portaria MOG nº 42/ 1999 as seguintes subfunções:**

- (A) Previdência Básica, Previdência Complementar e Encargos Especiais.
- (B) Previdência Básica, Previdência Complementar e Transferências.
- (C) Serviço da Dívida Interna, Serviço da Dívida Externa e Transferências.
- (D) Serviço da Dívida Interna, Serviço da Dívida Externa e Previdência Básica.
- (E) Previdência Especial, Previdência Complementar e Encargos Especiais.

**49 - São características dos créditos adicionais especiais:**

- (A) a destinação às despesas imprevisíveis, a possibilidade de vigência além do exercício findo, quando abertos nos últimos quatro meses do ano, e a exigência da indicação prévia de uma fonte cobertura para o seu financiamento.
- (B) a autorização para despesas já computadas no orçamento anual, a possibilidade de vigência além do exercício findo, quando abertos nos últimos quatro meses do ano, e a não exigência da indicação prévia de uma fonte de cobertura para o seu financiamento.
- (C) a autorização para despesas já computadas no orçamento anual, a possibilidade de vigência além do exercício findo, quando abertos nos últimos quatro meses do ano, e a exigência da indicação prévia de uma fonte de cobertura para o seu financiamento.
- (D) a autorização para despesas ainda não computadas no orçamento anual, a possibilidade de vigência além do exercício findo, quando abertos nos últimos quatro meses do ano, e a exigência da indicação prévia de uma fonte de cobertura para o seu financiamento.
- (E) a autorização para despesas já computadas no orçamento anual, a possibilidade de vigência além do exercício findo, quando abertos nos últimos três meses do ano, e a exigência da indicação prévia de uma fonte de cobertura para o seu financiamento.

**50 - Não gera variação patrimonial diminutiva, de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, aprovado pela Portaria STN nº 751/ 2009:**

- (A) a redução ao valor recuperável de ativos.
- (B) a aquisição de imobilizado.
- (C) a liquidação da despesa com serviços contratados.
- (D) a doação de imobilizado como transferência para outra entidade.
- (E) o cancelamento da dívida ativa por impossibilidade de recebimento.

**51 - É correto, não constituindo transgressão relativa à Gestão Patrimonial, conforme preconizam os artigos 43 a 47 da Lei Complementar 101/ 2001:**

- (A) a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social.
- (B) a aplicação das disponibilidades de caixa dos regimes de previdência social em títulos da dívida pública estadual e municipal, ações e outros papéis relativos às empresas controladas e em empréstimos aos segurados e ao Poder Público.
- (C) a concessão de garantia, ainda que com recursos de fundos, pela administração indireta, inclusive suas empresas controladas e subsidiárias.
- (D) o início de novos projetos sem estarem adequadamente atendidos aqueles em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.
- (E) a aplicação das disponibilidades de caixa em desacordo com a lei.

**52 - A partir da Lei Complementar nº 131/ 2009, os entes da Federação ficam obrigados a disponibilizar todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, pelo menos com os dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado. Os prazos concedidos na Lei para os Municípios cumprirem tal dispositivo, com base no número de habitantes, são:**

- (A) um ano para Municípios com mais de 100.000, dois anos para municípios entre 50.000 e 100.000 e, três anos para Municípios até 50.000.
- (B) um ano para Municípios com mais de 100.000, dois anos para municípios entre 50.000 e 100.000 e, quatro anos para Municípios até 50.000.
- (C) um ano para Municípios com mais de 100.000, três anos para municípios entre 50.000 e 100.000 e, quatro anos para Municípios até 50.000.
- (D) dois anos para Municípios com mais de 100.000, três anos para municípios entre 50.000 e 100.000 e, quatro anos para Municípios até 50.000.
- (E) dois anos para Municípios com mais de 100.000, dois anos para municípios entre 50.000 e 100.000 e, três anos para Municípios até 50.000.

**53 - De acordo com a portaria STN n° 751/ 2009, dentre as Demonstrações Contábeis de apresentação obrigatória, a partir do exercício financeiro de 2013, para todos os entes da federação que não possuam empresas estatais dependentes estão:**

- (A) o Balanço Orçamentário, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração das Variações Patrimoniais e a Demonstração do Resultado Econômico.
- (B) o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro, o Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, a Demonstração Superávit/ Déficit Financeiro e a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido.
- (C) o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração das Variações Patrimoniais e a Demonstração do Superávit/ Déficit Financeiro.
- (D) o Balanço Orçamentário, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração das Variações Patrimoniais, a Demonstração do Superávit / Déficit Financeiro e a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido.
- (E) o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração das Variações Patrimoniais, a Demonstração do Resultado Econômico, a Demonstração do Superávit/ Déficit Financeiro e a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido.

**54 - De acordo com a Resolução n° 43 do Senado Federal, o limite para operações de Crédito realizadas no exercício financeiro por Estados, Municípios e o Distrito Federal é de:**

- (A) 7% da receita corrente líquida.
- (B) 11,5% da receita corrente líquida.
- (C) 16% da receita corrente líquida.
- (D) 22% da receita corrente líquida.
- (E) 60% da receita corrente líquida.

**55 - O conceito contábil de patrimônio público emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade e adotado pela Secretaria do Tesouro Nacional é:**

- (A) “o conjunto de bens necessários à Administração Pública para o alcance dos fins coletivos de propiciar o bem estar e a satisfação dos habitantes de seu território”.
- (B) “o conjunto de bens e direitos, tangíveis e intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pela entidade do setor público que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos”.
- (C) “o conjunto de bens que se destinam especialmente à execução dos serviços públicos, como os edifícios, os terrenos públicos, os veículos da Administração, e outros que o Estado põe à disposição do público”.
- (D) “o conjunto de bens e direitos, mensurável em dinheiro, que pertence à União, a um Estado, a um Município, a uma autarquia ou empresa pública”.
- (E) “o conjunto de bens e direitos, capazes de ser expresso em moeda, representativos de um benefício líquido de obrigações, presente ou futuro ao seu detentor”.

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

### 56 - Em relação ao funcionamento dos sistemas operacionais da família Microsoft Windows (XP e Vista), assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Ao configurar uma impressora no sistema, é necessário instalar o *driver* de impressora adequado. É possível ter várias impressoras no sistema, cada uma com seu *drives* apropriado.
- (B) A limpeza de disco permite excluir vários tipos de arquivos do disco rígido, como, por exemplo, entre outros, os arquivos temporários do sistema, arquivos da lixeira, arquivos de programas baixados (miniaplicativos Java ou ActiveX) e arquivos temporários da Internet.
- (C) Se, por engano, um arquivo de um *pendrive* for removido, é possível recuperá-lo a partir da lixeira do *desktop* do Windows, desde que esta não tenha sido esvaziada após esta remoção indevida.
- (D) É possível compartilhar o uso entre vários computadores de Windows tanto a partir de uma impressora instalada localmente em um computador quanto de uma impressora de rede.
- (E) Ao compartilhar pastas ou arquivos individuais, permite-se que qualquer pessoa com as permissões adequadas possa acessá-los através da rede. Esse compartilhamento é indicado com o ícone de uma “mãozinha” na pasta ou arquivo compartilhado.

### 57 - Considerando o emprego do sistema de arquivos NTFS, em máquinas com sistemas operacionais da família Microsoft Windows (XP e Vista), assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) É possível configurar a lixeira do Windows de modo que os arquivos sejam excluídos de forma definitiva, isso é, os arquivos removidos não podem mais serem recuperados ou restaurados a partir da lixeira.
- (B) Um arquivo de *backup* realizado pela ferramenta de *backup* do Windows pode, a critério do usuário, ser compactada. Ainda, este arquivo de *backup* pode ser armazenado em qualquer pasta local, embora seja conveniente usar uma mídia externa para tal.
- (C) Os atalhos para arquivos que o Windows permite criar podem ser removidos sem causar a remoção dos arquivos originais para os quais esses atalhos apontam.
- (D) Ao copiar arquivos ou pastas de uma pasta de origem, essas manterão as propriedades da pasta de origem independentemente do fato das pastas de origem destino se encontrarem ou não em outra partição NTFS.
- (E) O armazenamento e organização das informações são feitos de forma hierárquica empregando os conceitos de unidade (ou volume), pastas e arquivos.

### 58 - Em relação a ferramentas (aplicativos) e serviços disponibilizados na Internet, assinale a alternativa correta:

- (A) Um *spam* é uma mensagem não solicitada de correio eletrônico (*e-mail*) que contém vírus de computador.
- (B) Os domínios Internet como, por exemplo, [www.receitafederal.gov.br](http://www.receitafederal.gov.br), empregados em URLs de navegadores (*browser*) são exemplos de endereços IP.
- (C) Em ferramentas de correio eletrônico, como o Mozilla Thunderbird ou Outlook, é necessário configurar os servidores responsáveis para enviar (servidor SMTP) e ler (servidor POP ou servidor IMAP) as mensagens de correio eletrônico (*e-mail*).
- (D) Tanto o Internet Explorer quanto o Mozilla Firefox permitem um modo de navegação denominado de seguro (*inPrivate* ou *private browsing*) que garante o envio e o recebimento de dados de forma criptografada.
- (E) O *link* Google apresentado na janela do Internet Explorer ou do Mozilla Firefox serve para enviar e receber correio eletrônico (*e-mail*) através de contas previamente existentes do Gmail.

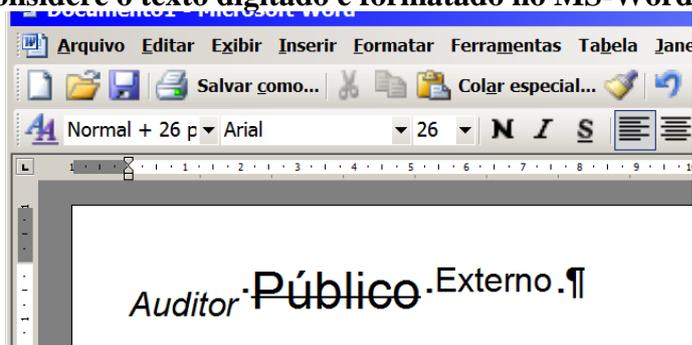
59 - Considere a planilha MS-Excel abaixo, contendo dados de custos de execução de uma obra.

	A	B	C	D	E
1	<b>Controle de custos de obra</b>				
2					
3	<b>Item</b>	<b>Orçado</b>	<b>Executado</b>	<b>Variação</b>	
4	<b>Fundações</b>	<b>13.000,00</b>	<b>12.000,00</b>	<b>-7,69%</b>	
5	<b>Alvenaria</b>	<b>24.000,00</b>	<b>25.000,00</b>	<b>4,17%</b>	
6	<b>Telhado</b>	<b>18.000,00</b>	<b>18.000,00</b>	<b>0,00%</b>	
7	<b>Instalações</b>	<b>21.000,00</b>	<b>25.000,00</b>	<b>19,05%</b>	
8	<b>Acabamentos</b>	<b>24.000,00</b>	<b>27.000,00</b>	<b>12,50%</b>	
9	<b>Total</b>	<b>100.000,00</b>	<b>107.000,00</b>	<b>7,00%</b>	
10					
11					

Na coluna D deseja-se calcular a variação percentual da execução em relação ao orçamento. Para tanto a fórmula que será digitada em D4, para posteriormente ser copiada e colada para as demais linhas é

- (A) =(B2-C2)/B2
- (B) =(C2-B2)/B\$2
- (C) =(B2-C2)/B\$2
- (D) =(C\$2-B\$2)/B\$2
- (E) =(C2-B2)/B2

60 - Considere o texto digitado e formatado no MS-Word, abaixo.



As 3 palavras foram formatadas separadamente com os seguintes efeitos, respectivamente

- (A) Subscrito e Itálico; Tachado; Versalete.
- (B) Subscrito; Sublinhado; Sobrescrito.
- (C) Subscrito e Itálico; Tachado; Sobrescrito.
- (D) Sobrescrito e Itálico; Tachado; Subscrito.
- (E) Sobrescrito; Tachado; Subscrito.

61 - Num programa de Correio eletrônico, como MS-Outlook e similares pode-se escolher mandar mensagens para um ou mais destinatários. Para tanto usam-se os campos conhecidos como To(Para), Cc e Bcc. Com relação ao funcionamento do destino da mensagem, assinale a opção correta.

- (A) Destinatários do campo Cc veem todos os demais destinatários desse campo, mas não veem os do campo To.
- (B) Destinatários do campo Cc veem todos os demais destinatários desse campo, mas não veem os do campo Bcc.
- (C) Destinatários do campo To veem todos os demais destinatários desse campo, e também os do campo Bcc.
- (D) Destinatários do campo Bcc veem todos os demais destinatários desse campo, mas não veem os do campo To.
- (E) Destinatários do campo To veem todos os demais destinatários desse campo, mas não veem os do campo Cc.

**62 - O Ambiente Virtual de Aprendizagem MOODLE possui a seguinte definição de uma atividade: "Consiste na descrição ou enunciado de uma atividade a ser desenvolvida pelo participante, que pode ser enviada em formato digital ao servidor do curso utilizando a plataforma. Alguns exemplos: redações, projetos, relatórios, imagens, etc. Este módulo inclui a possibilidade de realização *offline* - na sala de aula por exemplo - e de publicar o resultado da avaliação".**

**A definição apresentada corresponde a qual das opções listadas?**

- (A) Tarefa
- (B) Fórum
- (C) Questionário
- (D) Lição
- (E) Wiki

**63 - Qual das opções apresentadas a seguir corresponde a uma tecnologia de rede sem fio que permite taxas nominais de transferências acima de 10Mbps?**

- (A) ADSL2+
- (B) GigaBit Ethernet
- (C) 802.15.4
- (D) 802.11g
- (E) BlueTooth

**64 - A ferramenta do **Windows Vista** que permite bloquear conexões externas solicitadas ao computador, protegendo de vermes e de outros ataques chama-se:**

- (A) Windows Remove Malware Tool
- (B) Windows Firewall
- (C) Windows Defender
- (D) Internet Explorer SmartScreen Filter
- (E) Windows Update

**65 - Qual das URLs listadas permite o acesso seguro (possibilidade de autenticação do servidor e cifragem de dados) a um sítio através de um navegador?**

- (A) <https://www.tce.rs.gov.br>
- (B) <http://www.tce.rs.gov.br>
- (C) <ftp://www.tce.rs.gov.br>
- (D) <mailto://www.tce.rs.gov.br>
- (E) <xml://www.tce.rs.gov.br>

**ATUALIDADES NA PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**66 - Para José Eduardo Faria, a globalização “transformou radicalmente as estruturas de dominação política e de apropriação de recursos, subverteu as noções de tempo e espaço, derrubou barreiras e jurídicas entre nações, revolucionou os sistemas de produção e modificou estruturalmente as relações trabalhistas.” Nesse sentido, pode-se afirmar que a globalização significa fundamentalmente:**

- (A) transnacionalização de mercados apenas em países desenvolvidos, não trazendo, portanto, repercussões para governos dos Estados da Federação brasileira.
- (B) comercialização, transnacionalização e produção de gêneros alimentícios em determinados países do CONESUL e NAFTA.
- (C) a habilidade para a mudança devido aos novos avanços tecnológicos que permitem uma redução do tempo e espaço na comercialização de produtos oriundos de países do Ocidente.
- (D) transnacionalização dos mercados de insumos, produção, capitais, finanças e consumo, enfatizando uma relação dialética entre o global e o local, de tal modo que as relações sociais locais passam a ser definidas por eventos e atores que operam no âmbito global.
- (E) a dominação de países ocidentais por países orientais, podendo ser considerada a derrocada final do sistema de produção capitalista.

**67 - Economistas e analistas de mercado criaram o termo “BRICS” para se referir a alguns países que se destacaram no cenário mundial pelo rápido crescimento das suas economias em desenvolvimento. Os países que compõe esta expressão são:**

- (A) Brasil, Rússia, Indonésia, China e Coréia do Sul.
- (B) Bulgária, Reino Unido, Índia e Coréia do Sul.
- (C) Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.
- (D) Brasil, Rússia, Índia e Colômbia e África do Sul.
- (E) Brasil, República da China, Indonésia, Chile e Coréia do Sul.

**68 - Julian Paul Assange é atualmente um célebre ativista no cenário internacional, tendo sido agraciado, em maio de 2011, com a Medalha de Ouro da Fundação para a Paz de Sydney, por sua coragem na defesa dos direitos humanos. Julian Assange é**

- (A) pacifista de origem judaica, fundador de um movimento de internacionalização dos direitos humanos, deflagrado tardiamente, nomeadamente em resposta às atrocidades cometidas pelo nazismo.
- (B) fundador e membro do conselho consultivo da organização transnacional “WikiLeaks”, pela qual mantém intensa campanha virtual a favor do direito à informação.
- (C) está envolvido em processos por abuso sexual nos Estados Unidos e na Dinamarca.
- (D) fundador e membro do conselho consultivo da organização transnacional alcunhada “WikiLeaks”, pelo qual publicou centenas de milhares de documentos diplomáticos de domínio público de embaixadas dos Estados Unidos em todo o mundo.
- (E) ativista russo, mandado aos campos de concentração soviéticos por lutar contra a ditadura e depois ao exílio por tornar público os casos de ativistas dos direitos humanos presos pelo Regime.

**69 - A literatura econômica tem revelado a importância da inovação para o desenvolvimento de um país. Para inovar, um país precisa fundamentalmente de educação. Nesse aspecto, podemos afirmar que:**

- (A) a educação das escolas privadas brasileiras tem o mesmo nível das melhores escolas do mundo, mas as escolas públicas têm um grande déficit.
- (B) parte do problema do mau desempenho da educação brasileira nos exames internacionais se explica pela falta de educação formal de muitos brasileiros, que acabam tendo baixa capacidade crítica para avaliar o desempenho das escolas onde estudam seus filhos.
- (C) a educação de excelência no Rio Grande do Sul melhorou seu desempenho nos últimos anos nos testes e exames promovidos pelo Ministério da Educação/INEP com estudantes brasileiros, aparecendo sempre com mais de cinco colégios/escolas entre as trinta melhores do Brasil no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).
- (D) o Programa “Bolsa Família” do Governo Federal estimula o desempenho escolar dos beneficiários do programa, pois condiciona o recebimento da bolsa ao bom desempenho dos alunos em sala de aula.
- (E) a educação brasileira apresentou melhor desempenho no último teste PISA/OCDE do que a China, Índia e Chile.

**70 - Acerca do crescimento econômico e da distribuição de renda no Brasil, podemos afirmar que:**

- (A) a base da política econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso, que debelou a inflação e garantiu um cenário de estabilidade econômica foi fundamentada, entre outras coisas, no controle do gasto público.
- (B) o recente crescimento econômico no Brasil se explica pela melhora do sistema educacional nos últimos anos e por uma pauta de exportações de elevado valor agregado, fundado na geração de inovação (marcas, patentes, *know how*).
- (C) a melhora econômica do Brasil não guarda correlação com o crescimento chinês, o qual está sendo responsável pela destruição da indústria nacional.
- (D) o Brasil vem tendo piora constante nos últimos vinte anos em distribuição de renda, por isso os crimes violentos vêm diminuindo em todo país.
- (E) o PIB *per capita* do Brasil é inferior ao da China e da Índia.







